

CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAÚ
PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
15 ABR 2016
Por: *[Assinatura]*

CÂMARA MUNICIPAL DE
ACARAÚ

SITUAÇÃO
 APROVADO
 APROVADO COM EMENDA
 REJEITADO
15/04/2016
[Assinatura]
VISTO

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 001/2016 DE 15 DE ABRIL DE 2016.

Excelentíssimos Senhor **JOSÉ CLAUDENIR SILVEIRA SOUSA**,
MD. Presidente da Câmara Municipal de Acaraú-CE

Moção de Repúdio ao processo de impeachment contra a Exma.
Presidenta da República, a Sra. Dilma Rousseff.

O Vereador que abaixo subscreve, REQUER à Douta Mesa, depois de ouvido o soberano Plenário, na forma regimental, se envie MOÇÃO DE REPÚDIO à Câmara dos Deputados em razão da abertura do processo de impeachment contra a Exma. Presidenta da República, a Sra. Dilma Rousseff, pelos motivos a seguir declinados:

Impossível não enxergar o processo de impedimento da presidenta Dilma como mais um factoide, um engodo antidemocrático que alguns grupos políticos, por meio de um parlamentar sobre o qual pairam inúmeras denúncias de corrupção e que tem utilizado deliberadamente o golpe do impeachment para tentar se manter na presidência da Câmara dos Deputados, obstruindo as investigações policiais e do Ministério Público contra si.

Por outro lado, assim como já aconteceu em outros momentos obscuros do Brasil, o golpe tem a clara intenção de apagar do Poder um Governo Democrático e Popular, que tem conduzido uma transformação social sem precedentes na história do país.

Entre as transformações mais significativas, ocorridas no curto período de 13 anos, destacam-se a ascensão de mais de 40 milhões de pessoas à classe média e a diminuição drástica dos níveis de pobreza e de miséria; a retirada do Brasil do mapa da fome das Nações Unidas (ONU); a criação de mais de 12 milhões de empregos internos num mundo em profunda crise econômica; o aumento da renda dos trabalhadores e o acesso das classes populares ao crédito e à casa própria; o avanço na escolarização da população negra (em dez anos o acesso à universidade saltou de 10,2% para 35,8% e a proporção de jovens negros com 11 anos ou mais de escolaridade passou de 33,7% para 54,1%, segundo a Pnad-IBGE/2013); o ingresso massivo de jovens das classes populares nas universidades públicas com a instalação das cotas sociais e raciais; a democratização do emprego público também com o regime de cotas raciais, entre tantas outras conquistas.

Na educação, especificamente, foi criado o piso salarial profissional nacional do magistério – após 181 anos de reivindicação da categoria, ou seja, desde o Império –, sendo que a remuneração mínima dos professores com formação de nível médio subiu 61% acima da inflação nos últimos 6 anos.

Esse ciclo social virtuoso, o qual se tentou estancar sem sucesso nos últimos pleitos eleitorais, com as sucessivas derrotas da direita conservadora nas urnas, tem sofrido abalos em inúmeros projetos de lei aprovados sob a gestão de Eduardo Cunha na presidência da Câmara dos Deputados. E essa trajetória de “pautas bombas” e de retirada de direitos, sob a tutela de um Congresso Nacional ultraconservador, não cessou nem mesmo com as denúncias de corrupção envolvendo o presidente da Câmara, que agora opta por pautar o golpe do impeachment para tentar sobreviver no cargo e, conseqüentemente, postergar sua prisão.

ENTRADA EM

15,04,2016

NO EXPEDIENTE

[Assinatura]

Avenida Capitão Diogo Lopes, Nº 53, Centro – CEP: 62580-000 – Acaraú – CE
Fone/Fax: (88) 3661-1541 – E-mail: cmacarau@gmail.com

[Assinatura]



CÂMARA MUNICIPAL DE ACARAÚ

O golpe do impeachment congrega, além de Eduardo Cunha, inúmeros outros parlamentares que têm apoiado o desmonte do Estado brasileiro, atacando direitos dos trabalhadores. São os mesmos que aprovaram o PL 4.330 da terceirização ilimitada; as PEC 171/93 e 18/11, que tratam da redução da maioria penal de 18 para 16 anos e de ingresso no mundo do trabalho de 16 para 14 anos e que tentam acabar com o concurso público substituindo os serviços estatais por Organizações Sociais. Eles também aprovaram a reforma política com a manutenção do espúrio financiamento de campanhas (vetado pelo STF e pela presidenta Dilma) e querem entregar as riquezas do petróleo, em especial da camada Pré-sal, hoje destinadas à educação e à saúde, para a iniciativa privada.

A tese do impeachment não possui amparo legal, porém o que estará em jogo na “cova dos leões” não são as ditas “pedaladas fiscais”, que financiaram programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida. Estará em jogo, além da sobrevivência de um deputado corrupto e de seus asseclas, a destituição de uma Presidenta ilibada e de um projeto social que tenta mudar as mazelas brasileiras, inclusive no campo da corrupção, uma vez que os governos Lula e Dilma foram os que mais investiram em tecnologia e na democratização da Polícia Federal e dos órgãos de controle do Estado, sobretudo com as leis de Acesso à Informação (Lei 12.527) e de Combate à Lavagem de Dinheiro (Lei 12.683) e com a escolha do chefe do Ministério Público Federal pela maioria de seus pares.

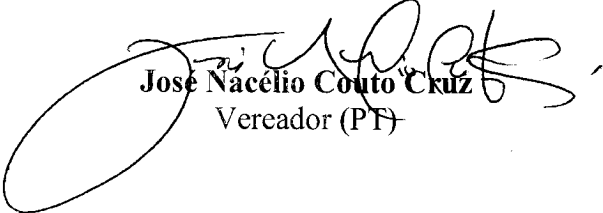
O mérito do processo de impeachment se ampara basicamente nos argumentos das chamadas “pedaladas fiscais” e nos créditos suplementares concedidas sem autorização do Congresso. Contudo, as “pedaladas fiscais” não configuram crime de responsabilidade porque não são empréstimos e os decretos de crédito suplementar estão de acordo com a meta de superávit primário conforme estabelecido pela Lei Orçamentária Federal.

Por todo o exposto, verifica-se que o presente processo de impedimento que é um instrumento constitucional de uso para extremas excepcionalidades está sendo utilizado de má-fé contra a Presidenta da República que não cometeu nenhum crime de responsabilidade.

Termos em que

P. Deferimento.

Salas das Sessões da Câmara Municipal de Acaraú, aos 15 de Abril de 2016.


José Nacélio Couto Cruz
Vereador (PT)